

Alvaro da Cunha e a consolidação da poesia no Território Federal do Amapá
Alvaro Cunha and the consolidation of poetry in the Federal Territory of Amapá

Yurgel Pantoja Caldas¹

Unifap

Resumo: O escritor Álvaro da Cunha (1923-1995) sintetiza a visão do intelectual que migra do Pará ao Amapá, a convite do primeiro governador do Território Federal do Amapá, Janary Gentil Nunes (1912-1984), a fim de compor o serviço público daquele recém criado Território. Parte da obra de Álvaro da Cunha aparece na antologia *Modernos poetas do Amapá*, lançada no ano de 1960. Mas o escritor já havia lançado, em 1951, *Pássaro de chumbo*. Cunha faz carreira no serviço público do Território Federal do Amapá, ocupando cargos de relevância nos anos de consolidação da administração pública sob o governo de Janary Nunes. É nesse contexto que o escritor se insere no serviço público do Território Federal do Amapá entre 1946 e 1963. Com o golpe civil-militar de 1964, Álvaro da Cunha sai do serviço público e passa a atuar no setor privado. Em 1989, Álvaro da Cunha publica sua obra mais impactante, *Amapacanto*, ao mesmo tempo em que o Amapá deixa de ser Território Federal e passa a ser um Estado da Federação, com uma nova configuração administrativa e outras experiências sociais que marcariam o Amapá nas décadas seguintes. O objetivo deste trabalho é analisar a trajetória intelectual de Álvaro da Cunha cuja obra *Amapacanto* ajuda a entender o Amapá como um espaço relevante no cenário regional, nacional e internacional, a partir de mudanças significativas na vida social, política, econômica e cultural daquele então Território Federal. Para tanto, os estudos de Lobato (2013), Canto (2016) e Caldas & Souza (2018) servirão de base teórica para realizar o objetivo deste trabalho, já aqui aponta para uma abordagem própria da pesquisa bibliográfica e de fontes primárias.

Palavras-chave: Álvaro da Cunha; poesia amapaense; Território Federal do Amapá.

Abstract: The writer Álvaro da Cunha (1923-1995) summarizes the vision of the intellectual who migrated from Pará to Amapá, at the invitation of the first governor of the Federal Territory of Amapá, Janary Gentil Nunes (1912-1984), to join the service public of that newly created Territory. Part of Álvaro da Cunha's work appears in the anthology *Modernos poetas do Amapá*, first published in 1960. But the writer had already published, in 1951, *Pássaro de chumbo*. Cunha has a career in the public service of the Federal Territory of Amapá, occupying important positions in the years of consolidation of public administration under the government of Janary Nunes. It is in this context that the writer entered the public service of the Federal Territory of Amapá between 1946 and 1963. With the civil-military coup of 1964, Álvaro da Cunha left the public service and began working in the private sector. In 1989, Álvaro da Cunha published his most impactful work, *Amapacanto*, while Amapá ceased to be a Federal Territory and became a State of the Federation, with a new administrative configuration and other social experiences that would mark Amapá in the decades following. The objective of this work is to analyze the intellectual trajectory of Álvaro da Cunha, whose work *Amapacanto* helps to understand Amapá as a relevant space in the regional, national, and international scenario, based on significant changes in the social, political, economic, and cultural life of that then Territory. Federal. To this end, the studies by Lobato (2013), Canto (2016) and Caldas & Souza (2018) will serve as a theoretical basis to achieve the objective of this work, as here it points to a specific approach to bibliographic research and primary sources.

Key-words: Álvaro da Cunha; Amapá poetry; Federal Territory of Amapá.

¹ Professor e atual Coordenador do Programa de Pós-graduação em Letras (PPGLET) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Doutor em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Amapá (UFMG).

Recebido em 30 de agosto de 2023
Aprovado em 30 de dezembro de 2023.

1. Introdução

A figura de Álvaro da Cunha (1923-1995) parece transcender a condição de escritor fundamental para uma espécie de consolidação da poesia amapaense a partir dos anos de 1950 durante o período do Território Federal do Amapá. A minibiografia do autor, presente na “orelha” do livro *Amapacanto* (1989) já oferece uma medida da importância de Álvaro da Cunha não apenas para as Letras do Amapá, mas também para a cultura e a política locais. Paraense de Belém do Pará (nascido em 05 de agosto de 1923 – mesmo ano de nascimento do escritor Arthur Nery Marinho e um ano antes do nascimento de Alcy Araújo, ambos também paraenses e pioneiros de uma geração importante para o estabelecimento de um circuito literário nos primeiros anos do Território Federal do Amapá), Álvaro da Cunha – ainda de acordo com o informe biográfico presente em *Amapacanto* – começou a colaborar muito jovem para jornais e revistas paraenses, tais como *O Estado do Pará*, *Folha do Norte*, *Novidades* e *Pará Ilustrado*.

Como aponta o referido texto informativo da “orelha” de *Amapacanto*, publicado em 1989, que pode ter sido escrito por Alcy Araújo (1924-1989), o qual assina o prefácio da obra mencionada – outra figura importante para esse cenário que envolve a formação de uma geração de escritores atraída pela propaganda desenvolvimentista em torno do Território Federal do Amapá – Álvaro da Cunha “[f]ez carreira no serviço público do Território, chegando a desempenhar cargos e funções de relevo na administração, inclusive a presidência da companhia de eletricidade local”. O texto continua, desta feita invocando a produção literária de Cunha em sua inserção na sociedade letrada do Amapá: “Desse período, é abundante e diversificada sua produção de poemas, crônicas e artigos” publicados em jornais e revistas locais.

Quando chega ao Amapá, com 23 anos de idade e por volta, portanto, do ano de 1956 – convidado pelo então governador do Território Federal do Amapá, Amílcar Pereira, mas sob influência direta de Janary Gentil Nunes (1912-1984), primeiro governador daquele território federal – Álvaro da Cunha traz consigo a experiência jornalística angariada pelos anos de sua formação em Belém, e logo se insere no circuito de produção cultural emergente no Amapá.

2. Antecedentes históricos do espaço amapaense

O espaço amapaense sempre foi atrelado ao Pará, política e administrativamente, e essa fora uma realidade consolidada desde o período colonial, quando o Amapá começa a ser citado em documentos oficiais, desde o Adelantado de Nueva Andaluzia (possessão espanhola sob o reinado de Carlos V), em meados do século XVI, e que passa às mãos portuguesas durante o reinado de D. João III, alguns anos depois. Em seguida, o espaço amapaense volta às mãos da Espanha com a criação da Capitania do Cabo do Norte, já na primeira metade do século XVII, quando Bento Maciel Parente assume o comando desse espaço.

Somente a partir do século XVIII aquilo que ainda seria o Amapá retorna à possessão lusitana com o envio de um destacamento militar português, na primeira metade daquele século, diante de um contexto de cobiça de outras Coroas europeias, como a própria Espanha e a Holanda. É a partir desse momento que o processo mais sistemático de ocupação do território amapaense se dá, justamente a partir do (re)conhecimento de riquezas nessa área. O Amapá, nesse sentido, ao mesmo tempo em que seu núcleo de ocupação se consolida naquilo que seria a cidade de Macapá, sempre esteve sob os olhares cobiçosos de potências estrangeiras. Esse é o mesmo cenário que enseja o Contestado franco-brasileiro sobre a região centro-norte do atual estado do Amapá: para os franceses, a fim de garantirem a exclusividade da exploração do ouro na região, a fronteira do Brasil com a Guiana seria o rio Araguari; mas para o Brasil essa fronteira – já consolidada pelo Tratado de Utrecht (1713) – era mesmo o rio Oiapoque, causa que foi fixada pelo Laudo Suíço graças à atuação diplomática do Barão do Rio Branco (Silva; Granger; Le Tourneau, 2019).

Sempre atrelado política e administrativamente ao Pará, o Amapá chega ao século XX com a ratificação de pertencimento ao Brasil, através do Laudo Suíço, mas ainda como aquele espaço carente de condições básicas de sobrevivência. Esse retrato ensejou uma série de imagens negativas atreladas ao Amapá, construídas sobretudo nos séculos XVIII e XIX imprimindo uma ideia desfavorável a quem habitava ou visitava, por motivos imperiosos, aquele espaço. É assim no artigo “Entre denúncias e disputas: as notícias e os textos literários sobre/do Amapá em jornais oitocentistas”, de Valdiney Valente Lobato de Castro (2021), que retrata os desmandos e os descasos políticos no trato com a coisa pública na constituição de um lugar que seria tomado como perfeito

para punição de agentes públicos, tais como militares oriundos do Pará.

A primeira metade do século XX apresenta um espaço amapaense ainda necessitando melhorar seus índices de desenvolvimento humano – ainda hoje o Amapá é um dos estados da federação com os piores indicadores nesse aspecto, o que afeta diretamente as formas de ocupação desse espaço e de produção de bens econômicos desse lugar. Charles Chelala (2008) aponta, na dissertação intitulada *A magnitude do Estado na sociedade amapaense*, que a economia do Amapá ainda é muito dependente do funcionalismo público, base da administração local iniciada com o estabelecimento do Território Federal do Amapá.

O Território Federal do Amapá foi criado durante o governo do presidente Getúlio Vargas através do Decreto-Lei n. 5.812, de 13 de setembro de 1943. O primeiro governo do Território Federal do Amapá foi instalado com a chegada de Janary Gentil Nunes, em 25 de janeiro de 1944 quando começam a ser operadas “profundas metamorfoses em meados do século XX” (Lobato, 2016, p. 184) na forma de ocupação do território e nas maneiras de produção de bens materiais e imateriais.

O contexto de criação dos Territórios Federais deu-se sob o discurso da proteção das áreas de fronteira do Brasil com outros Estados Nacionais e representou a definição de um alinhamento do governo Vargas à política norte-americana ainda durante a Segunda Guerra Mundial. Assim, proteger a fronteira norte do Brasil deveria significar a garantia de nossa soberania nacional em detrimento dos demais espaços nacionais, mas no fundo seria uma aproximação inequívoca do Brasil à política militar dos Estados Unidos na América do Sul.

Dois anos antes da criação dos Territórios Federais como o Amapá², a Base Aérea do Amapá (localizada no município amapaense de mesmo nome) foi criada pelos Estados Unidos para garantir o patrulhamento aérea ao norte da América do Sul, em cidades do Norte e Nordeste do país, tais como Belém, São Luís, Natal, Recife, Fortaleza e Salvador (Fratús, 2023). Em que pese o discurso nacionalista de Vargas para sustentar a criação dos territórios federais no Brasil, a Base Aérea norte-americana no Amapá, portanto em território brasileiro, fere de morte a soberania desse Estado Nacional, pois permite que outra nação faça as vezes das Forças Armadas de um país

² Além do Amapá, também seriam criados mais quatro Territórios Federais em 1943: Rio Branco (atual Roraima), Guaporé (atual Rondônia), Ponta Porã (no estado de Mato Grosso do Sul) e Iguazu (no estado do Paraná).

realmente independente, que é proteger seu povo e seu espaço e garantir, assim, sua soberania.

O historiador Sidney Lobato (2016, p. 184) aponta Macapá como a “cidade dos migrantes” no contexto da criação do Território Federal do Amapá. Em que pese a realidade ainda bastante difícil em termos de condições de vida no novo território federal (Oliveira, 2013), seria preciso imaginar um espaço menos hostil e mais útil que se ergueria pela força de sua população local, e teria na figura do Caboclo sua maior expressão³, engrossada pelas levas de populações migrantes que entrariam nas fileiras da construção civil.

Nesse aspecto, Janary Nunes elege o Caboclo como força-motriz que levaria o Território Federal do Amapá à modernidade, a começar pela abertura de estradas e a construção de prédios públicos que ajudariam na administração daquele lugar colocando o Amapá na vanguarda arquitetônica e atraindo muitas levas de imigrantes (Tostes; Weiser, 2018). O controle sobre o espaço eram um dos grandes desafios do primeiro governador do Território do Amapá; mas também, em certa medida, seria um grande problema exercer o controle sobre sua população local, realidade que Sidney Lobato (2016, p. 188) observa na passagem “[t]ornar moderna a vida dos sertões do Brasil assumia, nos anos 40 do século XX, o sentido de fazer do ‘caboclo’ um sedentário”. Assim,

Na perspectiva governamental era imprescindível fixar o homem, ou seja, através do emprego de modernas técnicas, liberá-lo do influxo das cambiantes forças naturais e torná-lo sedentário. Por outro lado, a cidade era apresentada como forma definitiva de povoamento e como símbolo da total regulação do tempo e do espaço pelo homem (Lobato, 2016, p. 188)

As profundas transformações operadas por Janary Nunes no novo Território Federal deveriam indicar a autonomia não apenas política e administrativa em relação ao Pará, mas também teriam que apontar o caminho do progresso nacional em que o Amapá seria essa ponta de lança. Esse é o contexto da “Mística do Amapá” (Nunes, 2021) e da atração de pessoas qualificadas para assumirem cargos públicos de alguma relevância

³ Numa crônica intitulada “O Caboclo” (publicada no *Jornal Amapá* na edição de 10/03/1945), Janary Nunes evoca aquela figura a liderar uma espécie de revolução pelo trabalho em prol da ereção do novo território federal. Numa passagem desse texto, Janary evoca a força do caboclo como uma síntese do Brasil forte e poderoso: “Misturado em nordestino e ao sulista, o Caboclo – irmão gêmeo do jangadeiro, do sertanejo, do gaúcho e do vaqueiro – será o cimento que amalgamará outras raças e desbravará o sertão, marchando sob um azimute que só tem um destino – o Brasil primeira potência do Mundo”.

na administração janarista. É quando uma leva de intelectuais, sobretudo oriundos do Pará, chega ao Amapá a partir dos primeiros anos da instalação do Território Federal. Inicia-se o que chamamos de primeira geração da Literatura Amapaense, a partir da experiência do Território Federal, composta de escritores burocratas que ajudariam na administração pública, mas também que formariam uma rede complexa e intensa de produção, circulação e recepção das Letras no Amapá. Dessa geração, o escritor Álvaro da Cunha é um expoente.

3. A geração dos Modernos Poetas do Amapá

Janary Nunes parece ser o grande artífice de um Amapá imaginado e somente levado a cabo a partir do primeiro governo do Território Federal. Para muitos, a história do Amapá pode ser dividida em antes e depois de Janary Nunes, seu primeiro governador. Sem levar em consideração que o processo de construção de um lugar é lento e envolve múltiplas racionalidades, diversos aspectos da vida administrativa, política e jurídica, por exemplo, são sempre atravessados por vozes e desejos que muitas vezes ficam subsumidos justamente para que uma narrativa de unidade ganhe forma e força diante de uma ideia de sociedade. Parece ter sido esse o caminho do Amapá na transição para se transformar, por decreto – conforme já apontamos no início deste capítulo – em Território Federal.

Para ganhar unidade, o Amapá deveria defender um discurso de centralidade em torno de um bem comum, mas não sem antes produzir formas de silenciamento e de invisibilização que seriam entendidas como um processo de subalternização de memórias, lugares e, sobretudo, populações que estavam alheias a esse procedimento modernizador do qual Janary Nunes é o condutor.

Antes um espaço quase completamente marcado pela insalubridade, o lugar em si da própria punição na carne, vivendo entre os mitos do Interno Verde e do Eldorado, o Amapá teria que alcançar uma espécie de estabilidade que permitiria a fixação de uma população antes acostumada às imprevisibilidades da vida e seguindo o fluxo da natureza. Com a chegada de Janary Nunes, o Amapá deveria alcançar o rumo da modernização e da construção de uma sociedade organizada pelo trabalho, principalmente com o funcionalismo público nos primeiros anos do Território Federal, mas também da produção de bens a partir da instalação de empresas de capital privado, como a ICOMI (Indústria e Comércio de Minérios S.A.) a partir da década de 1950,

com a exploração de jazidas de manganês na região de Serra do Navio (Uchôa, 2017).

Nessa tarefa, o primeiro governador do Território Federal do Amapá acaba por criar um circuito de produção de bens culturais a começar pelo *Jornal Amapá*, inaugurado em 1945 pelo próprio governador do Território (Caldas; Souza, 2018). Inicia-se um aparelhamento comunicacional junto à sociedade amapaense que deve servir, inicialmente, de propaganda das ações governamentais. Tanto é assim que, após mudar de nome para *Novo Amapá*, em 1968, esse periódico manteria a mesma linha editorial de veículo principal de propaganda governamental, mesmo tendo expandido seu espaço para publicações literárias a partir, sobretudo, dos anos 1950 (Souza, 2016).

É nesse contexto que os escritores estabelecidos no Amapá entre os anos 1940 e 1950 começam a fazer ecoar suas produções literárias em forma de contos, crônicas e poesia. Essa geração que, como já indicado neste trabalho, começa a chegar ao Amapá a convite do governador do Território, Janary Nunes, passa a ocupar cargos públicos de alguma relevância no cenário local, ao mesmo tempo em que inicia a produção de uma literatura já sob o impacto do espaço amapaense, o que pode ser relacionado a algumas obras como *Amapacanto*, de Álvaro da Cunha, publicada em 1989 já quando o Amapá era um Estado da Federação, condição consignada pela Constituição promulgada no ano anterior.

A edição de 12 de julho de 1960 do *Jornal Amapá* – periódico criado por Janary Nunes, e que se tornaria um dos veículos de propaganda das ações do governo territorial – estampa uma foto com o título “Modernos poetas do Amapá em Belém”. Na imagem, na verdade a solenidade de lançamento da antologia *Modernos poetas do Amapá*, ocorrida na livraria Don Quixote, em Belém, temos o representante do então governador do Território Federal do Amapá (Pauxy Nunes, irmão de Janary), Raul Monteiro Valdez, proferindo um discurso em homenagem aos “poetas amapaenses” (conforme a legenda da foto) Alvaro da Cunha, Ivo Torres, Alcy Araújo e Aluizio da Cunha. Dos escritores que compoem a referida antologia poética, apenas Arthur Nery Marinho não se fez presente àquela solenidade.

Ainda sobre a fotografia publicada no *Jornal Amapá*, a importância da obra *Modernos poetas do Amapá* também pode ser medida pela presença de outras figuras relevantes nas Letras do Pará, tais como Georgenor Franco (representante da Academia Paraense de Letras), Bruno de Menezes, Haroldo Maranhão, Rodrigues Pinagé e Max Martins. Um pouco fora do escopo deste capítulo, mas não uma questão menos

importante no contexto do impacto da obra *Modernos poetas do Amapá* pode ser o fato de que o primeiro centro onde tal obra foi lançada é Belém, justamente a capital “renegada” em boa parte do discurso janarista em detrimento da autonomia do Amapá. Do ponto de vista estético, entretanto, lançar a obra que seria a primeira antologia poética do Território do Amapá na capital paraense deveria ser uma ação a que os escritores radicados no Amapá a tantos anos não deveriam prescindir.

Dos cinco poetas que possuem escritos na antologia *Modernos poetas do Amapá*, quatro são nascidos no Pará e um (Ivo Torres) no Rio de Janeiro. Todos eles chegam ao Amapá a convite do governo territorial para assumirem cargos públicos e contribuir para o bom andamento da administração do território amapaense. Ivo Torres, aliás, é um agitador cultural por excelência e consegue arregimentar um importante grupo de artistas e intelectuais para consolidar a cena cultural do Amapá, a partir da criação de coletivos de diversas linguagens artísticas, tais como a Sociedade Artística de Macapá e o Clube de Arte Rumo.

A importância de uma rede de divulgação que desse vazão à produção artística no Amapá – que ganha maior musculatura e influência durante a década de 1950 – tornar-se-ia fundamental para a publicação, em 1960, da obra *Modernos poetas do Amapá*, pelas mãos da editora local denominada Rumos, subproduto de uma revista cultural de mesmo nome, lançada em 1957 pelos escritores de *Modernos poetas do Amapá*, entre outros, e bastante influente naquele período. Assim, não se pode interpretar o lançamento dessa obra como uma ação editorial isolada, mas como parte de um projeto de fortalecimento de ações culturais no Território Federal do Amapá.

Mas a revista Rumos não foi a primeira experiência de uma publicação literária e artística no Território Federal do Amapá. Já em 1952, portanto cinco anos antes da Rumos, Alvaro da Cunha, José Pereira Costa e Marcílio Viana fundavam a revista *Latitude Zero*, espécie de ensaio para o que viria a ser a Rumos – publicação de maior projeção do Amapá em cenário nacional e até internacional. A criação de condições favoráveis para aquilo a que estamos denominando de um circuito artístico de produções no âmbito do Território Federal do Amapá inicia-se com a presença do *Jornal Amapá*, em 1945, passa pela criação da Academia Amapaense de Letras, em 1953, e ajuda a entender a antologia *Modernos poetas do Amapá* como a concretização de uma aspiração modernizante para as artes literárias produzidas no Amapá durante a década de 1950. Assim, essa coletânea poética também pode ser lida como uma revisão

da produção poética de dez anos em torno da obra de seus autores, cinhecida como a geração dos Modernos poetas.

O caráter modernizador a que se lançam os autores da referida obra já pode ser percebido pela breve apresentação de *Modernos poetas do Amapá*. Dessa forma, o texto inicial informa que “esta antologia apreenta aos críticos e ao povo brasileiro 5 modernos poetas do território do amapá”, ao mesmo tempo em que indica um desejo de circulação nacional dessa obra. Logo em seguida, o sentido inaugural da antologia é evocado na passagem “trata-se, com certeza, da primeira iniciativa, no gênero, cultivada na linha setentrional do país” – um “fato surpreendente, novo, mesmo para quem acompanha e estuda o processo brasileiro”. Assim que dessa obra “plasma-se cultura, impõe-se a arte num trato do equador, onde mal o homem se apropriou da terra” – condição das artes (cultura) no Território Federal do Amapá (espaço da natureza, entidade que deveria ser entendida e controlada pelo artista).

4. A obra de Alvaro da Cunha

Alvaro da Cunha é paraense de Belém e nascido em 5 de agosto de 1923. Ele chega ao Amapá como um intelectual e jornalista experiente a convite do governo do Território Federal do Amapá, assim como tantos outros de sua geração. Chamado por Alcy Araújo de “atlas poético do Território do Amapá” no prefácio de *Amapacanto* (in Cunha, 1989), Alvaro da Cunha tem uma obra fundamental não apenas no campo literário, mas também na política e administrativa, o que dá a dimensão de sua importância para o Amapá no período territorial (Sousa, 2016).

Antes de figurar como escritor fundamental na antologia *Modernos poetas do Amapá* (1960), Alvaro da Cunha já havia lançado o livro de poemas *Pássaro de Chumbo*, publicado no Rio de Janeiro em 1951, e publicaria *Quem explorou quem no contrato do manganês do Amapá*, pela editora Rumo em 1962, obra que lhe renderia perseguições políticas que gerariam sua fuga do Amapá (in Cavalcante, 2013).

Talvez Alcy Araújo – companheiro de Alvaro da Cunha de tantas jornadas no Amapá – seja o melhor intérprete da vida e da obra de Cunha. Assim, o prefácio de *Amapacanto* pode ser lido como um testemunho importante das experiências de Alvaro da Cunha no Amapá. Tanto é assim que Araújo informa que “Alvaro da Cunha não desassumiou também sua deslumbrada e aberta responsabilidade de usuário, de amante e intérprete do verde incomum da Latitude Zero” (in Cunha, 1989).

A experiência extra-literária de Alvaro da Cunha no Amapá, eivada de uma diversidade de linguagens, lhe rende uma perspectiva especial no processo de valorização do espaço amapaense de sua gente e de suas riquezas. Assim, como aponta Alcy Araújo *in* Cunha, 2019),

tal observação é oportuna, interessante porque vem justamente do esperanto da tecnologia, da intimidade de Alvaro com a linguagem de agrônomos, geólogos, economistas, geógrafos e engenheiros, os termos e figuras verbais inusitados que articulam a sintaxe literária, o discurso poético que o seu livro alimenta, documenta, pronuncia.

Alcy Araújo, da mesma grandeza e importância para a cultura amapaense que o amigo Alvaro da Cunha, publica em 1965 o livro *Autogeografia*, que foi reeditado em 2019. Neste livro – composto de relatos poéticos em prosa e poemas – Alcy Araújo apresenta sua experiência como escritor no Amapá, um escritor *do* Território Federal, como ficou conhecida sua geração, a mesma dos *Modernos poetas do Amapá* na perspectiva de um espaço pretensamente moderno que precisava de uma inscrição artística e literária que marcasse a experiência orgânica que foi viver no Amapá no período territorial.

Em certa medida, o livro *Amapacanto* de Alvaro da Cunha pode ser lido também, dentre outros prismas, como uma resposta a *Autogeografia*, de Alcy Araújo, já que em ambas obras temos o resultado poético das vivências de seus autores, os quais apresentam eus líricos (ou narradores) com uma diversidade de sentimentos e sensações que, por sua vez, variam entre o orgulho e a angústia, a esperança e a desconfiança num futuro sobre o espaço amapaense. No mesmo ano em que Alvaro da Cunha publica *Amapacanto* (1989), seu amigo e melhor leitor Alcy Araújo deixa esta vida indicando uma mudança de estação não apenas nos novos rumos da literatura amapaense, mas também do próprio Amapá, que deixara de ser Território Federal com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e agora estava ainda tateando sua nova condição de Estado da Federação.

Na edição de *Autogeografia* de 2019, é publicada em carta de Alvaro da Cunha ao autor daquele livro. A carta é datada de 27/10/1984, escrita no Rio de Janeiro onde Alvaro da Cunha já vivia desde a repercussão de seu livro sobre o contrato do manganês no Amapá, publicado em 1962. A carta é breve, mas dá conta de uma devolutiva de Alvaro da Cunha em relação à organização do próximo livro de Alcy Araújo (*Jardim*

Clonal, que seria publicado somente em 1997), o qual deveria conter outros poemas não publicados em *Autogeografia* (1965) nem em *Poemas do homem do cais* (1983), ambas obras publicadas anteriormente, conforme relato de Cunha.

Na mesma carta, para além das questões “de trabalho”, incluindo o livro de Obdias Araújo (“surpreendentemente melhor, muito melhor do que outros poetas novos que estão sendo lançados no Rio de Janeiro”), Alvaro da Cunha expõe o nível de relação existente com Alcy Araújo. Trata-se de uma relação de amor, amizade e respeito mútuos que podem ser vistos no início da missiva, em alguns trechos. Assim é quando Cunha revela: “Eu te conheço há quase meio século. De quando te achei, te assumi e te preservo”. Mais adiante, a passagem “Nenhum outro amigo data de tão longe. Nem meu casamento é tão antigo” demonstra a longevidade da parceria de vida, mais do que de projetos em comum. O espelhamento entrelaçado nas experiências de vida dos dois escritores em questão ganha contornos comoventes no trecho “[...] tudo que te diz respeito, comigo tem a ver. Me chateia o fato que te enerva. Aquilo que te ofende me atinge. E quem tua boca beija, a minha adoça”.

Mais especificamente sobre a obra *Amapacanto*, é lícito dizer que se trata de uma exaltação do Amapá e das formas de socialização e trabalho do homem em relação à natureza do espaço. A obra é dividida em três partes: “Amapacanto” – que dá nome ao livro – “Cantos do Amapá” e “Poesia Geral”. Assim, “a poesia moderna bela e densa” (ainda no dizer de Alcy Araújo) aflora nas páginas dessa obra tão importante para as Letras no Amapá – terreno de importância capital para a magnitude de Alvaro da Cunha. O poema inaugural, que batiza o livro, trata do “intenso, clamoroso, legítimo e por vezes atormentado amor que Alvaro nutre e declara pelo Território do Amapá” (no excelente prefácio de Alcy Araújo a *Amapacanto*). Sobre tal perspectiva, o próprio prefaciador destaca uma passagem do poema “Amapacanto”:

Tu sabes que onde eu for
Amapá
irá o amor
amor que tua paisagem
de sonho acenderá
no mais profundo
e lírico sial
de que sou feito
e contrafeito

Expressão do “exercício rude e fantástico da vida”, esse outro trecho do prefácio de Alcy Araújo bem que poderia servir de síntese de toda a obra de Alvaro da Cunha. A edição de 1989 de *Amapacanto* – até então a única desta obra de suma importância para a cultura literária do Amapá – tem capa⁴ e ilustrações assinadas pelo artista plástico Herivelto, autor dos Brasões de Armas do Estado do Amapá e do Município de Macapá. A diagramação e a arte final estão por conta do poeta Jeconias Araújo, e a impressão e composição editorial ficaram a cargo da Imprensa Oficial do Amapá.

O poema que inicia o livro, “Amapacanto” – um longo texto, aliás, que vai das páginas 13 à 47 do livro – constitui uma espécie de carteira de identidade do eu lírico/poeta em sua relação com o espaço amapaense. O início é mesmo revelador dessa relação entre o homem e o meio: “A gente se perdeu/ Amapá e eu/ há muitos anos”. Um canto de amor e memórias de muitos sentidos e sentimentos oriundos da experiência de um forasteiro no território amapaense. Tal processo de identificação e (re)conhecimento pode ser percebido na passagem a seguir:

Logo nós dois
tão semelhantes e afins
que parecíamos drágeas
da mesma vagem
múltiplos mútuos
grãos germinados gêmeos
um do outro.

O encontro de Alvaro da Cunha com o Amapá gera um movimento no qual existe um envolvimento entre homem e natureza quando um ente transforma o outro até não haver mais separação: “drágeas/ da mesma vagem” ou “grãos germinados gêmeos/ um do outro”. Enquanto o Amapá é refundado a partir da instalação do Território Federal, um novo homem é necessário para habitá-lo, recuperando o *slogan* de Janary Nunes

⁴ A imagem da capa de *Amapacanto* é baseada na figura de Alvaro da Cunha em tom monocromático que se impõe em fundo verde suave. A imagem de Alvaro da Cunha está levemente de perfil, com o escritor de óculos de grau e usando um bigode. Cunha parece emergir de um cenário comum na natureza amazônica onde se destacam aves e uma lua minguante no céu, uma embarcação a vela e elementos da flora local. “Tenho a paisagem em mim” é um verso do poema “Amapacanto” que serve para “traduzir” a imagem da capa do livro de mesmo nome. Outro poema, desta feita, o que abre a parte intitulada “Cantos do Amapá”, também pode ser lido em diálogo com a ilustração de Herivelto: “A lua minguante do Amapá/ brilha mais que a lua cheia/ de qualquer outro lugar”.

para a política no novo território: “povoar, sanear, educar”. Assim, para um novo espaço exige-se um novo homem:

Logo nós dois
 que viemos à luz
 à sombra da Amazônia
 ao norte extremo do Pará
 na linha de fronteira
 e fomos fundados juntos
 Território
 e homem.

“Amapacanto” – com toda licença necessária nestes termos – pode ser lido também como um poema de formação na qual seu sujeito (o eu lírico/poeta Alvaro da Cunha) encontra as devidas condições para alcançar a maturidade e se revelar plenamente como uma subjetividade repleta de múltiplas experiências tais como a flora que precisa de condições específicas para crescer e gerar frutos:

Na verdade
 crescemos abraçados
 abrasados
 crestados de calor
 ungidos
 de umidade.

A sedução e até a sexualização do espaço da natureza parece exercer certo fascínio na experiência amapaense do eu lírico:

Teu corpo
 capilando flora
 porejando sumos
 e resinas.
 Meu corpo
 secretando cuias
 de suor e sêmen
 lágrima
 e orgasmo.

A relação erótica que o eu lírico mantém com o espaço amapaense, não só o natural, de tão puro e necessário para o reconhecimento do próprio sujeito, ganha o perdão divino e libera o poeta para viver esse amor quase edênico:

Sobre todas as coisas
 tu me seduzias
 eu te idolatrava
 Deus sabia
 mas se enternecia
 e nos perdoava.

A visão cristã da fundação do mundo novo após o caos, o Território Federal do Amapá, encontra no italiano Dom Aristides Piróvano – primeiro bispo prelado da Diocese de Macapá – seu mais perfeito arauto. Da mesma forma, para dar conformidade e salubridade a esta terra nova, recém saída das trevas do esquecimento, um geólogo alemão ganha relevo no poema. Trata-se de Fritz Louis Ackerman, geólogo contratado pelo governo territorial para as primeiras prospecções de manganês na região de Serra do Navio (Ortiz, 2017).

Religião e Ciência se juntam num discurso necessário para uma espécie de Criação do Amapá. Nesse sentido, em “Amapacanto”, Dom Aristides – “consagrado à paixão e à eucaristia” – “era um pastor/ de ovelhas inquietas/ perplexas entre a fé/ e a heresia” e tinha a tarefa de domar os espíritos selvagens. Na mesma medida, esse controle também deveria ser exercido pelo conhecimento científico representado pela exploração das riquezas minerais de que o território amapaense dispunha. Esse espaço é ocupado pelo geólogo “Fritz” no poema de Alvaro da Cunha: “geólogo alemão/ de coração latino/ que exorcizava mágoas”. É simbólico que essas duas figuras históricas do Amapá sejam estrangeiras, um italiano e um alemão; mais ainda, que sejam personalidades europeias representantes, portanto, de uma lógica racional já vista por essas bandas desde o período colonial em que a Razão europeia deveria se impor ante a hostilidade do Novo Mundo.

Um poema de exílio e amor à “pátria-mãe” amapaense, posto que escrito distante do seu objeto de desejo, o Amapá: “Certo/ estou aqui/ entre as montanhas azuis/ de Barra Mansa”. Ou ainda: “Certo/ todos os rios de janeiro/ me pertencem”. Mesmo assim, nesse deslocamento involuntário, o poeta declama e clama para si a pertença amapaense:

Mas os rios
os volumosos
crespos
numerosos rios

que me possuem
e marcam a identidade

Os rios que lustram
esta saudade
e geografam
o homem

são os rios incaicos
do Tumucumaque.

Sim, então é verdade que “as aves que aqui gorjeiam não gorjeiam como lá” (para citar o mantra gonçalvino). Porque essa verdade também é dita da boca de Alvaro da Cunha, autor dessa “canção do exílio” num poema de formação e revisão de vida toda, de uma vida passada e presente no Amapá.

Por fim, e obviamente por razões de espaço para a proposta deste capítulo, a apreciação da obra de Alvaro da Cunha, aqui com foco no livro *Amapacanto* e a modo apenas de sobrevoo, se encerra não sem antes a imposição de outros trabalhos de interpretação e outras perspectivas de análise. E isso também é válido para seus colegas de geração, mas também para tantos escritores e escritoras que merecem reedições de suas obras com apontamentos que atualizem o contexto de produção desse material e indiquem possíveis impactos para a literatura amapaense realizada na contemporaneidade.

Considerações finais

A fortuna crítica sobre a literatura amapaense ou, mais precisamente, acerca de elementos historiográficos que se articulem a um período como a instalação do Território Federal e as consequências estéticas desse movimento na literatura local, ainda é incipiente. Em que pesem alguns trabalhos pontuais nesse campo – promovidos por grupos de pesquisa, programas de pós-graduação e cursos de graduação, além de

iniciativas de fora do circuito universitário de fomento ao ensino e à pesquisa – os estudos sobre a literatura amapaense no contexto do período territorial (1943-1988) ainda carecem de produtos que se ocupem da análise de um acervo literário mais amplo, que incorpore o jornalismo como fonte de divulgação de uma cultura letrada que se estava construindo mais sistematicamente no Território Federal do Amapá.

Nesse contexto, a proposta desse capítulo foi – além de debater alguns elementos discursivos, desde a retórica política até a consolidação de um ambiente estético endossado pela geração de escritores burocratas, como foi o caso de Álvaro da Cunha, no período do Território Federal do Amapá – chamar atenção para o fato de que a crítica ainda deve muitos trabalhos analíticos a partir da produção literária amapaense, que tenham como foco escritores e escritoras locais que, à sua maneira, contribuíram e contribuem para a formatação do acervo vinculado à historiografia da literatura amapaense.

Assim, a partir da (re)leitura da obra de Álvaro da Cunha, principalmente de *Amapacanto*, é possível considerar que a cidade de Macapá encarna o projeto político chamado de janarismo (cuja centralidade do poder repousa sobre Janary Gentil Nunes como o primeiro governador do Território Federal do Amapá) cujas consequências estéticas e literárias desse conjunto complexo de elementos e eventos podem e devem ganhar novas configurações. Isso não significa reivindicar a centralidade do discurso literário, até porque tal tese soaria ingênua no campo dos Estudos Culturais, por exemplo, mas aponta para um esforço analítico que indica a literatura como um dos discursos que ajuda na compreensão do espaço amapaense e suas articulações com outros espaços.

Referências

CALDAS, Yurgel Pantoja; SOUZA, Manoel Azevedo de. O Jornal Amapá e a literatura amapaense: os anos entre 1945 e 1968. In: *Letras Escreve*, Macapá, v. 8, n. 3, 2º sem., p. 205-217, 2018.

CASTRO, Valdiney Valente Lobato de. “Entre denúncias e disputas: as notícias e os textos literários sobre/do Amapá em jornais oitocentistas”. In: *Revista Interdisciplinar*, UFS, v. 36, jul-dez, p. 155-172, 2021.

CAVALCANTE, Alcinea. *Semana Álvaro da Cunha*. In alcinea.com/cultura/semana-alvaro-da-cunha (publicado em 4 de agosto de 2013) (Consultado em 13 de agosto de 2023).

CHELALA, Charles Achcar. *A magnitude do Estado na sociedade amapaense*. Macapá: Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional/Universidade Federal do Amapá, 2008, 178p.

FRATUS, Alessandra. *A desconhecida Base Aérea Americana no Amapá*. Disponível em <https://www.topensandoemviajar.com/base-aerea-americana-amapa> (Consulta em 10/08/2023).

LOBATO, Sidney. “A cidade dos migrantes: migração e urbanização no foz do Amazonas (1944-1964)”. In: SILVA, Francisco Bento da; AGUIAR, Veronica Aparecida Silveira (orgs.). *Fronteiras amazônicas: vivências, representações e conhecimentos*. Porto Velho: EDUFRO, 2016, p. 181-197.

NUNES, Janary Gentil (Org.). *Confiança no Amapá: impressões sobre o Território*. 3ª ed. Brasília: Senado Federal, 2021.

OLIVEIRA, Eranilda Abreu de. Vestígios da história do Amapá: populações marginalizadas no período Janary Nunes (1944-1954), In: *Anais da IX Semana de História: o ensino e a pesquisa de História no Amapá – perspectivas e desafios*. Macapá: UNIFAP, 2013.

ORTIZ, José Vergolino. *Icomi: retalhos da história, mina, mineração e beneficiamento (I)*. Disponível em diariodoamapa.com.br/cadernos/artigos/icom-retalhos-da-historia-mina-mineracao-e-beneficiamento-i/ (Consulta em 06/07/2023).

SILVA, Gutemberg de Vilhena; GRANGER, Stéphane; LE TOURNEAU, François-Michel. Desafios à circulação na fronteira entre Brasil e Guiana Francesa (França). In: *Revista Mercator*, Fortaleza, v. 18, 2019.

SOUZA, Manoel Azevedo de. *Imagens, memórias e discursos: a construção das identidades amapaenses no Jornal Amapá – 1945 a 1968*. Fortaleza: Programa de Pós-graduação em Sociologia/Universidade Federal do Ceará, 2016 (Tese de Doutorado, 264p.).

TOSTES, José Alberto; WEISER, Alice A. Macapá: a cidade modernista do período kanarista de 1943 a 1955. In: *Revista Amazônia Moderna*, Palmas, v. 1, n. 2, p. 34-53, out.-mar. 2018.

UCHOA, Dora Cristina Paes. *O papel da ICOMI no golpe civil-militar de 1964: agentes e interesses*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2017 (Trabalho de Conclusão de Curso, 76p.).